

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS

LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

RAMO: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO

**IMPORTÂNCIA DA NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA NA ANÁLISE
ECONÓMICA E FINANCEIRA DA EMPRESA**

Karina Gisela Paris da Conceição

Aluna nº 04.349

Mindelo, Maio de 2009

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS

LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

RAMO: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO

**IMPORTÂNCIA DA NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA NA ANÁLISE
ECONÓMICA E FINANCEIRA DA EMPRESA**

Karina Gisela Paris da Conceição

Aluna nº 04.349

Orientador: Dr. Anselmo Fonseca

Mindelo, Maio de 2009

À minha família

AGRADECIMENTOS

Gostaria de exprimir a minha gratidão ao professor Anselmo Fonseca pela disponibilidade, atenção e sugestões para organização e realização deste trabalho.

Agradeço também a empresa que aceitou colaborar no estudo caso, a minha entidade empregadora pelo apoio, ao ISCEE e ao ISCAL pela possibilidade oferecida de concluir esta licenciatura em Cabo Verde.

De igual modo agradeço a todos aqueles, que de alguma forma, contribuíram para a elaboração deste trabalho.

“A contabilidade é uma função do ambiente empresarial”
(Lec H. Radebaugh e Sidney J. Gray)

RESUMO

O presente trabalho tem como objectivo demonstrar a importância da normalização contabilística para a análise da informação financeira, tendo em conta o meio envolvente em que, hoje, as empresas encontram-se inseridas. As mudanças que ocorreram na economia global levou a que as empresas passassem a adoptar novas formas de elaborar o reporte financeiro como forma de acompanhar essa evolução. A harmonização contabilística, surge neste contexto, como forma de reduzir as diferenças existentes no relato financeiro dos vários países. Nesse sentido o trabalho abordará as várias iniciativas que tem sido feitas em favor da harmonização/normalização contabilística e a sua relevância no contexto internacional e nacional bem como o caso de Cabo Verde, que recentemente aderiu ao processo da normalização.

O caso prático baseia-se na transposição das demonstrações financeiras para o novo normativo em vigor e também na análise destas.

A metodologia utilizada no trabalho baseia-se na revisão bibliográfica em livros, revistas, pela consulta de sites na Internet e legislação.

Palavras-chave: harmonização contabilística; normalização contabilística; diversidade contabilística e IASB

ABSTRACT

The purpose of this paper is to demonstrate the importance of the accounting standard for the analysis of financial information, taking into account the environment in which, today, the companies are incorporated. The changes that occurred in the global economy have led companies to introduce new ways of preparing the financial reporting as a way to monitor these developments. The accounting harmonization, it is in this context as a way of reducing the differences existing in the financial reporting of the several countries. In this sense the work will address a variety of initiatives that have been made in favor of harmonization / normalization accounting and its relevance in the international and national context as well as the case of Cape Verde, who recently joined the process of standardization.

The practical case is based in on the translation of financial statements for the new rules enforced and also in their analysis.

The follows methodology used in the process is based on the literature review in books, magazines, by consulting Web sites and legislation.

Keywords: accounting harmonization, accounting normalization, IASB and accounting diversity.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
1. O CONTEXTO DA HARMONIZAÇÃO CONTABILÍSTICA INTERNACIONAL	5
1.1. O AMBIENTE ENVOLVENTE DA HARMONIZAÇÃO CONTABILÍSTICA INTERNACIONAL.....	5
1.2. ORIGEM DA HARMONIZAÇÃO CONTABILÍSTICA	8
1.3. OS ORGANISMOS ENVOLVIDOS NA HARMONIZAÇÃO CONTABILÍSTICA.....	9
1.3.1. IASC- International Accounting Standard Committee.....	10
1.3.2. IASB – International Accounting Standard Board	11
1.3.3. UE – União Europeia.....	12
1.4. AS SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS DAS ESTRUTURAS CONCEPTUAIS DO IASB E DO FASB	13
1.4.1. OS UTENTES DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA E SUAS NECESSIDADES.....	14
1.4.2. Objectivos da informações financeira	15
1.4.2. Características qualitativas da informação financeira	16
1.4.3. Elementos das demonstrações contabilísticas	16
1.4.4. Reconhecimento das demonstrações contabilísticas	17
1.4.5. Mensuração dos elementos das demonstrações financeiras	17
1.5. VANTAGENS DA HARMONIZAÇÃO CONTABILÍSTICA	18
1.6. DESVANTAGENS DA HARMONIZAÇÃO CONTABILÍSTICA	19
2. A NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA NAS REALIDADES PRÓXIMAS DE CABO VERDE.....	21
2.1. NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA EM PORTUGAL	21
2.2. NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA NA ESPANHA	22
3. A NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA EM CABO VERDE.....	24

3.1. O PROCESSO DE CRIAÇÃO DO PNC.....	24
3.2. Do PNC AO SNCRF.....	25
3.3. O PROCESSO DE CRIAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL CONTABILIDADE E DO RELATO FINANCEIRO.....	26
4. O NOVO NORMATIVO CONTABILISTICO CABOVERDIANO.....	28
4.1. AS PRINCIPAIS COMPONENTES DO SNCRF	28
4.2. ESTRUTURA CONCEPTUAL	29
4.2.1. Objectivo	30
4.2.2. Pressupostos subjacentes	30
4.2.3. Características qualitativas das demonstrações financeiras.....	31
4.2.4. Elementos das demonstrações contabilísticas	34
4.2.5. Reconhecimento dos elementos das demonstrações financeiras	36
4.2.6. Mensuração dos elementos das demonstrações financeiras	37
4.3. Documentos integrantes das DF em Cabo Verde e relato financeiro.....	38
4.3. O PACOTE DE NORMAS ADOPTADO POR CABO VERDE.....	40
4.4. APLICAÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SNCRF	41
5. ESTUDO DE CASO	43
5.1- CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA	43
5.2- ORGANIZAÇÃO DA EMPRESA	44
5.3- O SISTEMA DE INDICADORES DE GESTÃO E SUA FORMA DE PREPARAÇÃO.....	44
5.4. PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA PARA O NOVO NORMATIVO: PLANO DE CONTAS, CONVERSÃO DO BALANCETE FINAL, BALANÇO DE ABERTURA	48
CONCLUSÃO.....	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Indicadores da análise financeira.....	47
Quadro 2- Indicadores económica.....	47
Quadro 3- Indicadores de riscos e monetários.....	48
Quadro 4 - Quadro síntese de contas	49

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A diversidade contabilística e o processo de harmonização internacional.	26
Figura 2 – Esquema ilustrativo dos elementos do SNCRF	29

LISTA DE ABREVIATURAS

ASSB - Accounting Standards Setting Bodies – ASSB.....	11
CNC – Comissão de Normalização Contabilística	21
CNCUED – Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento.....	9
CNNC – Comissão Nacional de Normalização Contabilística.....	26
DF – Demonstrações Financeiras.....	22
EC – Estrutura Conceptual.....	16
FASB – Financial Accounting Standard Board	13
FEE – Federação dos Peritos Contabilistas Europeu.....	9
GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio.....	8
IAS - International Accounting Standard.....	10
IASB - International Accounting Standard Board.....	7
IASC – International Accounting Standard Committee.....	9
IFAC - International Federal of Accountants.....	10
IFRIC - International Financial Reporting Interpretations Committee	11
IFRS - International Financial Reporting Standards.....	11
IOSCO - International Organization of Securities Commissions.....	10
NIC – Normas Internacionais de Contabilidade.....	21
NRF – Normas de Relato Financeiro.....	28
NRF-PE – Normas de Relato Financeiro Pequenas Entidades.....	28
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.....	9
PNC – Plano Nacional de Contabilidade.....	24
SFAC - Statement of Financial Accounting Concepts.....	14
SIC - Standing Interpretations Committee.....	10
SNCRF – Sistema Normalização Contabilística e do Relato Financeiro.....	25
UE – União Europeia.....	12
US SEC – United States Securities and Exchange Commission.....	6
UEC – União Europeia dos Peritos Contabilistas	9

INTRODUÇÃO

O fenómeno da globalização trouxe uma nova dinâmica aos negócios, aos mercados de capitais e consequentemente ao aumento das necessidades financeiras. Este constante crescimento internacional originou a que a contabilidade, elemento essencial de comunicação financeira, diferisse pelo seu conteúdo e seus modos de aplicação de país para país. Neste contexto, assiste-se a alterações profundas no âmbito da preparação e divulgação da informação financeira, uma vez que as empresas não actuam simplesmente a nível local mas também internacional.

A diversidade contabilística provoca grandes diferenças nas práticas de reporte financeiro em empresas de diferentes países. Esta situação gera complicações para aqueles que elaboram, consolidam, auditam e interpretam os relatórios financeiros. Com o objectivo de pôr em prática um processo que visa a redução das diferenças existentes empreendeu-se a nível internacional o processo da harmonização contabilística.

No presente trabalho pretende-se demonstrar os benefícios que a implementação do processo de normalização contabilística traz para as empresas, e para os diversos utentes que utilizam as informações fornecidas pelas empresas.

Um dos factores determinantes na escolha do tema foi a recente normalização que está sendo implementada em Cabo Verde e também o facto de este ser um fenómeno que tem vindo a ocorrer em grande parte dos países.

Trata-se de um trabalho oportuno, que permitirá um melhor entendimento do processo harmonizador que está a acontecer a nível internacional e presentemente em Cabo Verde, que todo o profissional ou estudante de contabilidade precisa dominar para obter sucesso no mercado de trabalho.

A metodologia utilizada é a revisão da literatura assente em livros, revistas especializadas, informações disponíveis na internet e legislação. O estudo do caso incidirá numa empresa nacional de comércio geral.

1. O CONTEXTO DA HARMONIZAÇÃO CONTABILÍSTICA INTERNACIONAL

1.1. O ambiente envolvente da harmonização contabilística internacional

As mudanças na economia mundial e a globalização, caracterizada pelo aumento das transacções comerciais e financeiras internacionais, pela crescente interdependência dos agentes económicos de todo o mundo, grande facilidade de deslocação das forças produtivas e pela rapidez e facilidade atingida pelos meios de comunicação, trouxe novos desafios à contabilidade, dado que os negócios hoje não estão confinados à fronteira do país.

Nesse cenário, as multinacionais vem crescendo e tornando-se importantes para a economia dos mercados. Esse tipo de organizações transfere tecnologias a todo o globo, angaria capital onde ele é mais barato, produz onde os custos são mais baixos e desenvolve mercados onde as pessoas comprarão os seus produtos e serviços.

Essas mudanças trouxeram consigo uma série de implicações no mundo de negócios; sendo a concorrência acirrada entre as empresas uma das mais importantes, o que resulta de uma busca de melhorias constante, dando origem a uma diversificação dos negócios, bem como na expansão do mercado consumidor.

Simultaneamente, ocorre também um desenvolvimento paralelo no mercado de capitais e nos mercados financeiros com a difusão e diversificação das operações existentes, a criação de novas operações e a transmissão de riscos empresariais. Nesse novo contexto, as pressões exercidas sobre a gestão no sentido de cumprir as expectativas de mercado, de aumento dos lucros ano após ano, levaram ao comprometimento da produção da informação financeira fidedigna, transparente e tempestiva; exemplo disso são os escândalos financeiros da Enron, da WorldCom e de outras empresas cotadas na bolsa de

valores dos Estados Unidos que abalaram a confiança dos investidores do mercado financeiro norte-americano.

Isso tornou evidente a necessidade de reformas para garantir uma melhor e maior qualidade das informações financeiras.

Com efeito, o desenvolvimento económico assenta na informação disponível na tomada de decisões. E assim os mercados requerem que a informação financeira fornecida pelas empresas seja preparada e apresentada com a necessária qualidade, a partir de princípios de aceitação geral conhecidos de todos os intervenientes e credíveis.

Hoje em dia, são muitas as empresas que estão cotadas na bolsa de valores estrangeiras e solicitam empréstimos a financiadores situados fora do seu país. Todavia, as normas contabilísticas que servem de referencial variam de país para país e as empresas que queiram aceder a esses mercados vêm-se obrigados a adaptar as suas demonstrações financeiras de acordo com as normas em vigor no país a que querem aceder.

A título de exemplo, podemos citar o caso do BCP – Banco Comercial Português que apresentou no 1º semestre do ano de 2002 nos US, Securities and Exchange Commission (SEC), um prejuízo 60,9 milhões €, e em Portugal na Euronext Lisboa, um lucro de 320,9 milhões €. As diferenças apresentadas resultam exclusivamente de distintas regras contabilísticas que divergem de país para país.

A informação contabilística deixa de estar confinada a nível nacional e passa a abranger utilizadores situados fora da fronteira do país. Pretende-se assim, que a informação financeira transnacional transmite a mesma mensagem tanto aos utilizadores estrangeiros como aos nacionais. Mas isso não acontece visto que cada país possui um corpo de normas próprias que são influenciadas pelo ambiente em que estas inserem-se. Logo a interpretação da informação financeira coloca problemas e barreiras que dificultam a sua análise num país diferente.

A existência de uma informação financeira atempada, transparente e igualmente compreendida em toda a parte do globo adquiriu assim uma grande importância. Todavia, se cada país tiver o seu próprio normativo contabilístico, com princípios próprios, a

informação financeira elaborada à luz desses princípios só terá utilidade aos agentes económicos locais.

Nesse contexto, as informações financeiras fornecidas pelas empresas precisam de ser de grande qualidade para que as decisões contábeis sejam inteligíveis em diferentes países e em qualquer cultura.

Como forma de acompanhar a crescente complexidade de negócios surgiu o conceito de harmonização contabilística com vista a diminuir os conflitos dos sistemas contabilísticos dos diferentes países, pois permite uma maior comparabilidade da informação financeira, elimina as dificuldades de aceitação e interpretação das informações financeiras emitidas pelas empresas de um país no cenário internacional, melhorando a sua qualidade e tornando-as mais úteis aos utentes externos.

A harmonização é um processo gradual de conciliação de práticas contabilísticas e de definição do seu grau de variação, deve ser distinguida da normalização que pressupõe a total uniformização das regras, enquanto que a normalização é entendida como um processo que procura impor uma uniformidade de métodos e práticas contabilísticas, através da emissão de normas.

Muitos são os países que têm vindo à aderir a harmonização contabilística, pois os investidores, de forma geral, são atraídos para mercados que conhecem e nos quais confiam.

Esses países utilizam como referência as normas produzidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), o que facilita as empresas o acesso a mercados de capitais a nível mundial, caso sejam cotadas na bolsa de valores, e as capacitam a ser participantes activos na actual economia globalizada.

1.2. Origem da harmonização contabilística

Como já tínhamos referido anteriormente, a harmonização contabilística desencadeou-se com a globalização e a consequente necessidade de um leque de informações contabilísticas mais vastas e mais completas.

Teve a sua origem, segundo Rodrigues [et al] (2004), no movimento para integração das economias iniciado no século XVI. Mas foi após a 2ª Guerra Mundial, com a criação do GATT em 1947, a evolução tecnológica e das indústrias de informática e de telecomunicações, bem como o movimento de desregulamentação financeira¹, que deram mais expressão ao fenómeno da globalização que levou a que as decisões financeiras ultrapassassem a barreira nacional.

Um outro factor que deu grande impulso à harmonização foi a abertura para a circulação de capitais e também escândalos sobre balanços auditados com resultados falseados que levou a que na década 70 os Estados Unidos aclamavam por reformas nos sistemas de informação.

Segundo o referido autor a origem da harmonização contabilística internacional teve início com o surgimento dos Congressos Mundiais de profissionais de contabilidade, tendo sido o primeiro realizado em 1904 em San Louis, nos Estados Unidos da América.

Lopes De Sá (1998) defende que a harmonização acelerou verdadeiramente a partir dos anos 60, e atribui a primeira tentativa de normalização nos Estados Unidos ao Montgomery, May e Chase. Ele ainda destaca alguns dos primeiros esforços feitos nesse sentido em vários outros países:

Em 1916 o Instituto de contadores americanos começava a examinar as primeiras padronizações, que visavam facilitar a apresentação de balanços que se tornavam sugeríveis pelas leis americanas em 1913 e 1917.

Em 1936 a Grã-bretanha começava a preocupar-se com a pesquisa sobre doutrinas e práticas, para encontrar uma forma de criar normas contabilísticas...

¹ A desregulamentação financeira é o processo de eliminação de restrições e travas legais à atividade financeira, caracterizado pelo processo de alteração da regulamentação estrutural do sistema bancário.

Em Junho de 1924, mais de uma década antes dos britânicos, os contabilistas do Brasil, já aprovaram como conclusão do seu Primeiro Congresso Brasileiro de Contabilidade, que deveriam ser constituídas Câmaras de Contabilidade, com finalidade de estabelecer regras de ordem técnica para serem seguidas pelos guarda-livros e contabilistas.

Rodrigues [et al](2004) atribui o desenvolvimento da harmonização, de 1950 a 1970, a regulamentação profissional regional. A título de exemplo temos a União Europeia dos Peritos Contabilistas (UEC), hoje transformada na FEE, membro do fórum consultivo da UE. Outras contribuições muito importantes aconteceram com a criação do IASC e da IFAC nos anos 70.

O processo harmonizador é datado em meados do século XX e teve como origem a procura da comparabilidade e de uma maior e melhor qualidade da informação financeira.

1.3. Os organismos envolvidos na harmonização contabilística

São vários os organismos que têm contribuído para o processo harmonizador. Muitas iniciativas foram desenvolvidas nesse sentido, sendo que as mais importantes foram as do IASC (International Accounting Standard Committee), e as da União Europeia. Mas também existiram outras contribuições valiosas por parte de organizações como a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) e a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED). No entanto, abordaremos neste trabalho apenas dois: IASC que mais tarde passou a designar-se de IASB e a União Europeia.

1.3.1. IASC- International Accounting Standard Committee

O IASC teve como origem o acordo das associações profissionais da Alemanha, Austrália, Canadá, EUA, França, Holanda, Japão, México, Reino Unido e Irlanda em 29 de Junho de 1973. Sua actividade principal consistia na emissão das Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e das Interpretações da Standing Interpretations Committee (SIC).

De 1973 a 1988 foram emitidas 26 normas que eram na sua essência sumários de práticas contabilísticas aceites em vários países. Estas normas eram bastante flexíveis, visto que para quase todas as normas existiam dois ou mais tratamentos contabilísticos alternativos.

Um passo muito importante foi a aprovação da “Estrutura Conceptual para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras” em 1989, que serviu de base para futuras normas internacionais de contabilidade, revisão das normas existentes bem como a redução do numero de tratamentos contabilísticos alternativos permitidos.

Entre 1996/2000 o IASC debruçou-se essencialmente sobre a International Organization of Securities Commissions (IOSCO), no reconhecimento das suas normas nas bolsas de valores de todo o mundo tendo sido revistas, reformuladas e emitidas diversas normas e interpretações que constituem o actual corpo de Normas Internacionais de Contabilidade e das Interpretações do SIC.

Nos anos 80, o IASC considerou que a sua missão não consistia só na elaboração de normas contabilísticas para os países desenvolvidos, mas também devia oferecer às Sociedades Profissionais de Contabilistas mais recentes e aos novos organismos de normalização um conjunto de normas elaboradas à sua medida. Esta nova missão aproximou o IASC da Federação Internacional de Contabilistas (IFAC-International Federal of Accountants) o que proporcionou o apoio das organizações membros do IFAC. Foi um grande benefício para o IASC, visto que as suas normas passaram a ser adoptadas por novos membros, como o Chipre, a Índia e a Malásia e também serviram como referência ao estabelecimento de uma regulamentação contabilística em certos países, como a Polónia, a Ucrânia, a Rússia e a Hungria.

No fim dos anos 80, o IASC adoptou uma nova política caracterizada por uma maior implicação das instâncias nacionais de normalização, dos utilizadores e das empresas, por um financiamento mais diversificado e sobretudo pelo estabelecimento de normas reconhecidas por todas as bolsas do mundo.

1.3.2. IASB – International Accounting Standard Board

O IASB tem a sua sede em Londres e começou a funcionar em 2001 em sucessão ao IASC. Posteriormente, em 2002 o SIC foi reconstituído, passando este a ser designado de International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), sendo que as Normas Internacionais de Contabilidade passaram a designar-se de Normas Internacionais do Relato Financeiro (IFRS- International Financial Reporting Standards).

O IASB é um órgão independente que tem a função de estabelecer normas contabilísticas para a aplicação geral, sendo que a sua primeira norma, IFRS1, foi emitida em Junho de 2003.

Tem como objectivos:

- desenvolver, no interesse público, um conjunto de normas de Relato Financeiro de alta qualidade, "Global Accounting Standards" orientadas para as Bolsas de Valores Mundiais e para outras entidades, que sejam úteis na tomada de decisões económicas;
- promover o uso e a rigorosa aplicação das normas;
- trabalhar activamente com as Comissões de Normalização Contabilísticas dos vários países (Accounting Standards Setting Bodies – ASSB) com vista à convergência da normalização contabilística.

Na prossecução dos seu objectivos, O IASB coopera com os normalizadores nacionais de contabilidade para conseguir convergência nas normas contabilísticas de todo o mundo.

A organização é financiada por intermédio da International Accountig Standard Committee Foundation a partir das principais firmas de contabilidade, instituições financeiras privadas e empresas industriais de todo o mundo, bancos centrais e de desenvolvimento e outras organizações internacionais e profissionais.

1.3.3. UE – União Europeia

A União Europeia também reconheceu a necessidade de informação financeira harmonizada entre os seus Estados-Membros dado o objectivo de alcançar um mercado único europeu, estabelecido pelo Tratado de Roma em 1957 e posteriormente reconfirmado no Tratado da União Europeia, o qual incluía um mercado de capitais integrado.

Tendo em conta o seu objectivo, a UE começou a emitir directivas² que estabeleciam requisitos mínimos para a informação financeira dos Estados-Membros, cujo objectivo era o de alcançar a comparabilidade e equivalência. No que respeita as matérias contabilísticas, foram aprovadas as seguintes directivas: Directiva 78/660 de 25 de Julho de 1978 (4ª Directiva) relativas as contas anuais de certos tipos de sociedades; Directiva 83/349 de 13 de Junho de 1983 (7ª Directiva) relativa as contas consolidadas; Directiva 86/635 de 8 de Dezembro de 1986, relativa as contas anuais e as contas consolidadas dos bancos e outras instituições financeiras; Directiva 91/674, de 19 de Dezembro, relativa as contas anuais e contas consolidadas das empresas seguradoras. Essa estratégia não alcançou os resultados desejados, visto que as directivas permitiam uma diversidade de opções e estas eram geralmente interpretadas pelos Estados-Membros o que contribuía para a diminuição da comparabilidade.

Simultaneamente, o crescente número de empresas europeias que procuravam financiamento nos mercados de capitais internacionais tinham de elaborar diferentes demonstrações financeiras em função dos normativos contabilísticos utilizados em cada um

² O processo da harmonização contabilística na UE assenta em directivas e em regulamentos. Cada Estado-Membro, ao adoptar as directivas, pode optar por soluções que no seu entender melhor adequam ao interesse nacional, enquanto que os regulamentos são de aplicação directa e obrigatória.

desses mercados. As diferenças de valores que surgiam nas diferentes contas divulgadas levaram à perda de credibilidade por parte dos investidores.

Em 1991, foi criado um Fórum Contabilístico Consultivo (Accounting Advisory Forum), constituído por representantes dos organismos nacionais de normalização e por outros grupos de interesse, sem qualquer poder, que permite à Comissão o diálogo directo e informal com os “normalizadores”. Foi também criado vários grupos de trabalho aos quais foram delegados a tarefa de estudar problemas contabilísticos particulares.

Como nova estratégia, em 1995, a UE apostou numa aproximação ao IASB e na criação das condições necessárias a uma futura adopção das suas normas por parte das empresas europeias. Alcançadas essas condições, em 2002 a União Europeia publicou o Regulamento (CE) N.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho que destacava a aplicação obrigatória das normas da IASB na elaboração das contas anuais consolidadas das empresas cujos valores mobiliários estejam cotados num mercado regulamentado de qualquer Estado-Membro. A fase que se seguiu traduziu-se na publicação do Regulamento n.º 1725/2003 da Comissão, de 21 de Setembro de 2003, que adoptou as NIC (contudo não as adoptou em toda a sua extensão).

1.4. As semelhanças e diferenças das estruturas conceptuais do IASB e do FASB

Uma estrutura conceptual da informação financeira corresponde a uma interpretação da teoria da Contabilidade que fundamente a preparação e comunicação da informação financeira. O seu principal objectivo é o de servir como ponto de apoio à regulação contabilística, uma base conceptual que assegure um elevado grau de coerência entre as normas e uma adequada consistência entre elas e o contexto socio-económico em que são aplicadas.

As estruturas conceptuais são os pilares da preparação da informação financeira. Ela contém os componentes fundamentais da contabilidade. É nesse contexto que Lopes de Sá,

referindo a importância da estrutura conceptual, afirma que a falta de conhecimento teórico leva a graves consequências na prática profissional e que a formação teórica leva a um conhecimento qualificado. Ele afirma ainda que *a teoria é uma prática dotada de alto índice de inteligência, de arcabouço de rigores lógicos e resistentes às debilidades do simples uso e costume.*

Nesse ponto será elaborado uma análise comparativa das estruturas conceptuais do IASB e do FASB.

O FASB tem sido, desde 1973, a organização responsável pela emissão de normas de contabilidade a serem utilizadas nas empresas privadas norte-americanas - os US GAAP. A estrutura conceptual do FASB encontra-se espalhado por diversos documentos designados de SFAC (Statement of Financial Accounting Concepts).

1.4.1. Os utentes da informação financeira e suas necessidades

Tanto o FASB como o IASB tem como utentes da informação financeira: financiadores, clientes, investidores potenciais, fornecedores, credores, empregados e o público em geral. O IASB enumera ainda os governos e seus departamentos, enquanto que o FASB vai mais longe incluindo ainda: gestores, directores, analistas financeiros e consultores, correctores, avalistas, bolsas de valores, advogados, economistas, autoridades fiscais, autoridades reguladoras, legisladores, imprensa financeira e agências, sindicatos, associações comerciais, investigadores, professores e alunos.

O IASB enumera as seguintes necessidades dos utentes da informação financeira: decidir quando comprar, deter ou vender um investimento financeiro; avaliar a gestão; a capacidade de pagar aos seus credores; a capacidade de proporcionar outros benefícios aos seus empregados; avaliar o reembolso dos empréstimos; determinar os resultados e em função destes os eventuais dividendos distribuíveis; determinar as políticas de tributação; elaborar estatísticas sobre o rendimento nacional; ou regular as actividades das entidades.

1.4.2. Objectivos da informações financeira

O FASB, ao definir os objectivos da informação financeira divide-os em objectivos para as empresas e para as organizações não lucrativas.

O SFAC nº 1 estabelece que os objectivos da informação financeira possuem o carácter geral, tendo em conta que destinam-se a utilizadores externos que não tem autoridade sobre a empresa e são forçados a utilizar as informações fornecidas pela gerência.

O relato financeiro tem perspectivas interna e externa, sendo que a perspectiva externa (investidores, credores e seus consultores) são privilegiados, pois são considerados o mais importante grupo de utilizadores dado que as suas decisões condicionam a afectação de recursos.

As informações gerais são destinadas a proporcionar informação que servem de suporte para as decisões de crédito e investimento, avaliação dos fluxos de caixa esperados e sobre a afectação dos recursos.

Por outro lado, tem como objectivos específicos informações sobre o desempenho do período de tempo, gestão das empresas e da liquidez e solvência.

Para as organizações não lucrativas, o SFAC nº 4 tem por objectivos gerais, informações que permitem aos actuais e potenciais fornecedores avaliar a afectação dos recursos, os serviços prestados e o desempenho dos gestores. Fazem parte dos seus objectivos específicos informações relativas à liquidez, ao desempenho e à continuidade dos serviços.

O IASB porém define o objectivo das demonstrações financeiras informações sobre o desempenho, posição financeira e alterações da posição financeira de uma entidade.

1.4.2. Características qualitativas da informação financeira

Para o IASB as características qualitativas proporcionam que as demonstrações financeiras reflectem a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira, enquanto que o FASB apregoa que elas permitem distinguir a informação mais útil da menos útil.

O IASB considera dois pressupostos subjacentes: o regime do acréscimo e da continuidade. Segundo o regime do acréscimo, as operações devem ser reconhecidas quando ocorrem e não quando se recebe ou paga dinheiro. A continuidade implica que a empresa trabalha sem intenção ou necessidade de liquidar ou diminuir significativamente o nível das suas actividades.

O IASB prima pela compreensibilidade e elege na sua EC quatro características qualitativas a saber: compreensibilidade, relevância, fiabilidade e comparabilidade e tem como restrições à relevância e a fiabilidade: a tempestividade, a relação entre o custo e benefício e a hierarquia entre as características qualitativas.

Por seu lado o FASB divide-os em principais e secundárias, sendo as características qualitativas principais: a relevância e a fiabilidade. As secundárias são a comparabilidade que tem como restrição o custo versus benefício e a consistência cuja restrição é a tempestividade. Faz referência à materialidade que deve ser vista como limiar para o reconhecimento.

Nota-se que as características entre o FASB e o IASB são bastante semelhantes, porém esta não as hierarquiza.

1.4.3. Elementos das demonstrações contabilísticas

O IASB tem como demonstrações contabilísticas o balanço e as demonstrações de resultado e outras demonstrações, tais como demonstração dos fluxos de caixa, notas e outras demonstrações explicativas, quadros suplementares e informação sobre segmentos industriais e geográficos e divulgação do efeito da variação dos preços.

O FASB tem as mesmas demonstrações contabilísticas que o IASB e ainda acrescenta demonstrações de investimentos e de distribuições aos proprietários e como outras demonstrações contabilísticas: demonstrações dos fluxos de caixa, notas as demonstrações contabilísticas e outras informações suplementares que servem para a tomada de decisões de investimento, créditos e outras.

Os elementos relacionados com a posição financeira tanto do FASB como do IASB são os activos, os passivos e os capitais próprios.

No que diz respeito ao desempenho do IASB temos: rendimentos, gastos e ajustamentos de manutenção de capital enquanto que o FASB adiciona ainda o resultado total³.

1.4.4. Reconhecimento das demonstrações contabilísticas

Tanto para o IASB como o FASB, um item deve ser reconhecido desde que satisfaça a definição de elemento (ser provável que um benefício económico futuro fluirá para a empresa) e possa ser mensurado com fiabilidade, porém o FASB sujeita o reconhecimento às restrições entre custo e benefício e materialidade.

1.4.5. Mensuração dos elementos das demonstrações financeiras

Para a quantificação dos itens das demonstrações contabilísticas adoptam as mesmas bases custo histórico, custo corrente, valor realizável e o conceito de valor corrente de mercado.

O conceito de manutenção de capital abordado pelo IASB e FASB é feito em duas perspectivas: manutenção do capital físico e manutenção do capital financeiro. O conceito de capital financeiro origina o conceito de manutenção de capital financeiro segundo qual o

³ O resultado total inclui todas as alterações reconhecidas no capital próprio da empresa, excepto as resultantes de investimentos e de distribuições dos proprietários.

lucro é reconhecido quando as alterações dos activos e passivos líquidos provocadas pelo efeito das transacções no início do período for menor que as do fim (o lucro), enquanto que o conceito de manutenção de capital físico está relacionado com a capacidade operacional da empresa.

O IASB deixa a escolha dos conceitos de capital físico e financeiro ao critério das necessidades dos utentes, enquanto que o FASB tem preferência ao conceito de capital financeiro.

1.5. Vantagens da harmonização contabilística

Pode-se notar que são vários os factores que destacam a necessidade e a importância de uma harmonização contabilística sendo que a seguir enumeraremos algumas das vantagens que têm sido apontadas para a aderência a este processo.

Uma das vantagens apontadas para a harmonização está relacionada com as empresas multinacionais, já que as empresas subsidiárias passariam a trabalhar normas similares aos da empresa-mãe o que diminui os esforços e o tempo dispendido pelos contabilistas e os auditores dessas mesmas empresas. Facilita a procura de financiamentos em mercados estrangeiros e também seria facilitada a elaboração das demonstrações consolidadas uma vez que não teriam de elaborar contas consolidadas conforme as normas do país da empresa-mãe, devido às exigências do mercado de capitais e contas individuais para cada filial, estabelecidas segundo as regras e legislação local. Tudo isto contribui para a diminuição dos custos com a preparação das demonstrações financeiras e também auxilia os processos de tomada de decisão e a mobilização de staff de um país para outro.

Maior liberdade na circulação de capitais. Com efeito, os “fornecedores” de capital baseiam-se na informação financeira proporcionada pelas empresas para tomarem as melhores decisões de investimento e de financiamento e tendem a demonstrar uma preferência crescente por relatos financeiros comparáveis, devido a confiança na aplicação dos critérios contabilísticos.

Os utentes das demonstrações financeiras teriam maior facilidade na análise financeira levando ao aumento da credibilidade da informação e mais confiança por parte dos investidores e financiadores no que toca a sua qualidade, uma vez que a empresa já não apresenta resultados diferentes para o mesmo conjunto de transacções de acordo com as normas do país pelo qual relata.

Comparabilidade da informação financeira à escala internacional e maior transparência.

Quanto às empresas de auditoria com actuação internacional, facilita o trabalho devido à possibilidade de utilização de princípios equivalentes tornando o trabalho menos oneroso.

Permite aos países que não tem um corpo de normas adequado utilizar as normas internacionais, não tendo para isso que despender muitos recursos para o processo da normalização contabilística.

Santos (2006) aponta a eliminação de arbitragens sectoriais e a adopção de uma única base contabilística para dar resposta a necessidades diferentes.

1.6. Desvantagens da harmonização contabilística

Apesar de hoje a harmonização contabilística internacional ser amplamente aceite pela comunidade em geral, são vários os autores que, até meados da década noventa, eram contra esse processo.

Segundo Rodrigues [et al] autores como Zweigert e Goldman (1995) argumentam que as leis harmonizadoras frequentemente são híbridas e com muitas cláusulas tornando o processo de difícil alcance devido à diversidade fiscal e legal dos diferentes países. Menciona ainda que Fantl é de opinião que as barreiras à harmonização contabilística, devidos à diversidade contabilística, são aceitáveis isto porque a contabilidade só conserva a sua relevância se for sensível ao meio em que opera, e que Tang salienta que a harmonização internacional que têm vindo a ocorrer é apenas de cariz política que tem como objectivo harmonizar os interesses das partes afectadas.

Para as empresas a harmonização tem um custo. Uma alteração dos métodos contabilísticos pressupõe também uma alteração nos relatórios financeiros da empresa e os utilizadores

dessa informação têm de ter consciência dos efeitos dessas alterações. A nível interno a empresa suporta igualmente os custos de formação e de adaptação informática, mas de uma maneira geral esses custos serão muito mais onerosos para pequenas empresas do que para grandes empresas, pois estas últimas têm maior facilidade em repartir esses custos que são na sua maioria fixos.

No capítulo seguinte faremos uma breve abordagem à normalização contabilística nos países próximos de Cabo Verde, sobretudo em termos de fluxos de capitais, de bens e serviços e também de pessoas, que são Portugal e Espanha.

2. A NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA NAS REALIDADES PRÓXIMAS DE CABO VERDE

2.1. Normalização contabilística em Portugal

Em Portugal, o primeiro esforço no sentido de uma harmonização ocorreu em 1977 com a publicação do Decreto-lei 47/77 (POC 77) que colocou em vigor o primeiro Plano Oficial de Contabilidade, que até o dado momento não existia qualquer harmonização do tratamento contabilístico, para as entidades que desenvolvessem uma actividade industrial, comercial ou agrícola (excepto banca e Seguros), por falta de regulamentação legal.

Com a adesão à UE, em 1986, Portugal ficou sujeito as Directivas Comunitárias. Assim, a Comissão de Normalização Contabilística (CNC) foi encarregue de transpor para o cenário interno o disposto nas Directivas que tratam matérias relacionadas com a contabilidade.

Em 1989 foi publicado o Decreto-lei 410/89 (conhecido por POC/89) que revogou o Decreto-lei 44/77, para adoptar a IV Directiva, entrando em vigor em 1 de Janeiro de 1990, continuando a não ser aplicável à Banca e aos Seguros.

A CNC emitiu também Directrizes contabilísticas baseadas nas NIC do IASC para colmatar as deficiências.

No seguimento do Regulamento 1606/2002 e do 1725/2003, Portugal publicou o Decreto-lei 35/2005. Este Decreto permite as empresas não cotadas elaborar as suas contas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade e as Directrizes Contabilísticas, podendo recorrer às normas do IASB, no caso de matérias não abordadas pelas normas nacionais.

As contas consolidadas das empresas com valores mobiliários admitidos à cotação em mercados regulamentados, devem elaborar as suas contas de acordo com as normas do IASB para efeitos de mercado e possuir outra para efeitos de tributação. Desta forma, criaram-se as normas internacionais de contabilidade, que são de aplicação obrigatória para preparação e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, de empresas cotadas num mercado regulado na UE, incluindo bancos e empresas de seguros.

O Decreto-lei 35/2005, com entrada prevista para 1 de Janeiro de 2009, compreende dois níveis:

Primeiro nível

Aplica-se sobretudo às entidades económicas com maiores exigências de relato financeiro, com o objectivo de elaborar DF, atendendo o normativo do IASB.

Os elementos de adopção obrigatória são: estrutura conceptual, IFRS, IFRI e as notas anexas adicionais.

São de adopção facultativa os seguintes elementos: modelos das demonstrações financeiras, código de contas.

Segundo nível

É dirigido às entidades que não tenham de aplicar o primeiro nível de normalização.

Os elementos que constituem o segundo nível são: estrutura conceptual, normativas de carácter geral e as normativas contabilísticas e de relato financeiro.

2.2. Normalização Contabilística na Espanha

Costa (2007) diz que a normalização em Espanha surgiu para fazer face à nova estratégia delineada pela União Europeia. O governo optou por nomear, por ordem do Ministério da Economia, uma comissão de peritos, composta por professores de Contabilidade e Direito, e representantes das principais entidades ligadas às profissões contabilísticas.

Essa comissão de peritos viria a elaborar em 2002 o *Informe Sobre La Situación Actual de la Contabilidad en España y Líneas Básicas para abordar su Reforma*, que ficaria conhecido como *Libro Blanco para la reforma de la contabilidad en España*.

A primeira fase da reforma contabilística espanhola viria a ganhar forma através da *Ley 62/2003, de 30 de Dezembro, de medidas fiscales, administrativas y del orden social*, que veio:

- regular o regime simplificado de Contabilidade;

- alterar o conceito de grupo de sociedades, de forma a ir ao encontro as alterações à 7ª directiva e à ideia de grupo de decisão;
- modificar o conteúdo da *memoria* (o anexo) individual e consolidada e da *cuenta de pérdidas y ganancias* (demonstrações de resultado) individual e consolidado;
- transpor a directiva 2001/65/CE, de forma a incluir o critério do justo valor na valorização de certos activos financeiros.

Posteriormente surge a Circular 4/2004 do *Banco de España*, que regula a aplicação das IAS/IFRS-UE pelas entidades financeiras sujeitas à sua supervisão.

Depois de um período de ampla discussão pública, foi publicada a *Ley 16/2007, de reforma y adaptación de la legislación mercantil en materia contable para su armonización internacional con base en la normativa de la Unión Europea*, que analisaremos em seguida:

- 1) Manutenção de um *Plan General de Contabilidad* (PGC) – que não é exigido pelas IAS/IFRS-UE– e de planos sectoriais;
- 2) Criação de um Plano para as Pequenas e Médias Empresa;
- 3) A introdução de alterações na formulação de alguns princípios contabilísticos;
- 4) A criação de novas demonstrações financeiras: a par do Balanço, Demonstração de resultados e do Anexo, as empresas espanholas terão que elaborar uma Demonstração das alterações no capital próprio e Demonstração de fluxos de caixa.

3. A NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA EM CABO VERDE

3.1. O processo de criação do PNC

A primeira tentativa para a introdução da normalização contabilística em Cabo Verde foi com a criação do plano nacional de contabilidade (PNC), aprovado pelo Decreto nº 4/84, de 30 de Janeiro de 1984 que é uma adaptação do Plano Oficial de Contabilidade Português de 1977.

Este diploma foi resultante do Programa do Governo para o Quinquénio 1981/85 com vista a melhorar a eficiência da economia que contemplava a instituição do PNC que tinha como objectivo o desenvolvimento e a consolidação do aparelho produtivo do Estado (período em que Cabo Verde foi governado por um regime de partido único assente numa economia de base Estatal, com uma política comercial voltada essencialmente para o mercado interno).

Este plano aplicava-se a empresas públicas, privadas, mistas e cooperativas. Trata-se de um plano bastante simples cuja constituição consistia apenas num plano de contas (podendo as pequenas empresas adoptar um plano menos desenvolvido), notas de enquadramento do código de contas e as demonstrações financeiras.

A obrigatoriedade da aplicação do Plano Nacional de Contabilidade às empresas abrangidas deverá elaborar as seguintes peças finais constantes no Plano:

a) para as empresas obrigadas à versão integral:

- Balanço Analítico.
- Demonstração dos Resultados Líquidos.
- Demonstração dos Resultados Extraordinários do Exercício.
- Demonstração dos Resultados de Exercícios Anteriores.
- Demonstração de Resultados por Funções.
- Mapa de Origem e Aplicação de Fundos.

b) para as pequenas empresas apenas obrigadas à versão simplificada:

- Balanço Sintético.

- Demonstrações dos Resultados Líquidos, de acordo com as contas que utilizarem.

O PNC abrange exclusivamente a contabilidade geral ou financeira e patrimonial, bem como a análise dos resultados do ponto de vista da natureza dos custos e proveitos e do ponto de vista funcional.

3.2. Do PNC ao SNCRF

Há muito que se tem tentado colmatar as insuficiências do anterior plano. O decreto-lei de 84 foi alterado, inicialmente através do decreto n 26/87, de 19 de Março de 1987 e, mais recentemente, pelo Decreto-Lei n 39/2003, de 20 de Outubro de 2003.

O Decreto-lei 87 tem aplicação às empresas públicas, às empresas mistas e com capitais públicos, às empresas privadas e às cooperativas. As instituições de crédito, seguros e previdência social devem adoptar outros planos de contabilidade específicos a sua natureza.

Sob a coordenação do Banco Mundial foi apresentado, em 1977, um projecto para a revisão do PNC que tinha como objectivo acompanhar o desenvolvimento contabilístico a nível internacional; assistir a previsão da evolução do sistema fiscal; proporcionar um melhor acompanhamento do mercado financeiro e funcionamento da Bolsa de Valores que até o momento não estava em actividade e a necessidade da preparação e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. Este projecto applicava-se às empresas nacionais e estrangeiras abrangidas pela lei comercial, as empresas públicas, empresas mistas com capitais públicas e cooperativas, sendo que o sector financeiro continuaria a adoptar planos de contabilidade mais específicos.

Em 28 de Fevereiro de 2000 foi criado pelo Decreto-Lei nº 12/2000 a Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, a quem compete dirigir e representar as profissões de auditor e de contabilista em Cabo Verde.

Em Janeiro de 2009 começou a vigorar o Decreto-Lei nº 5 de 4 de Fevereiro de 2008, que introduz o novo Sistema Contabilístico Nacional de Relato Financeiro revogando o Decreto n 84 de 30 de Janeiro.

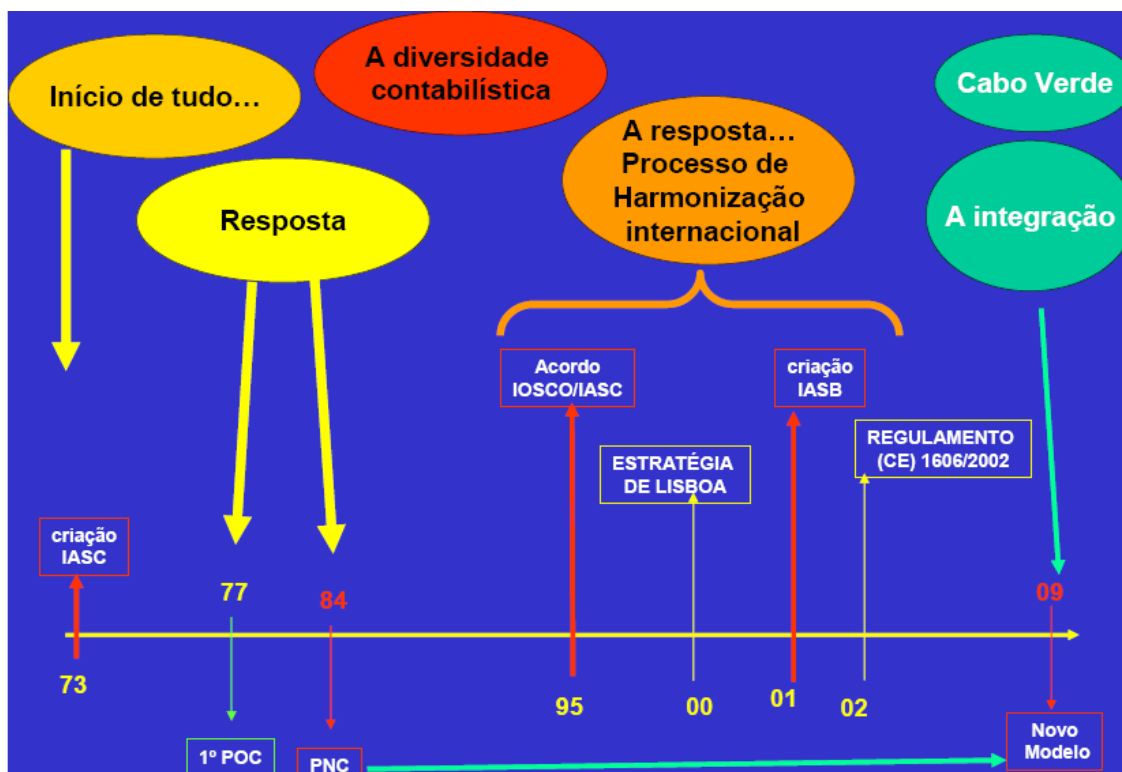


Figura 1: A diversidade contabilística e o processo de harmonização internacional

Fonte: Rui M. P. Almeida/ISCEE

3.3. O processo de criação do Sistema Nacional Contabilidade e do Relato Financeiro

Foi criada uma Comissão Nacional de Normalização Contabilística (CNNC) para o acompanhamento do SNCRF.

O novo SNCRF tem como objectivo:

- acompanhar os desenvolvimentos ocorridos a nível internacional, no que toca a qualidade das demonstrações financeiras;
- acompanhar a previsível evolução do sistema fiscal e a modernização do tecido económico e do mercado de capitais;
- melhorar a qualidade das demonstrações financeiras.

O SNCRF foi elaborado tendo como base as IFRS e a estrutura conceptual da IASB, tendo sido transpostas para o direito interno 25 normas. Trata-se de uma contabilidade voltada para a prestação de informações para o exterior com uma abordagem baseada em princípios. É de aplicação obrigatória as empresas nacionais e estrangeiras abrangidas pelo Código das Empresas Comerciais, empresas públicas, cooperativas e agrupamentos complementares. O SNCRF não é de aplicação geral, já que para empresas do sector financeiro, segurador, previdência social e bancário aplicam-se planos de contabilidade específicos. As empresas de valores imobiliários que necessitam apresentar contas consolidadas, podem utilizar as Normas Internacionais de Contabilidade e as Normas internacionais do Relato Financeiro emitidas pelo IASB, devendo ser mantida por um período mínimo de 3 anos.

O Decreto obriga, de acordo com o artigo 7º, que as entidades sujeitas ao SNCRF apresentam os seguintes conjuntos de demonstrações financeiras:

- a) Balanço;
- b) Demonstrações de Resultado por Naturezas;
- c) Demonstrações de Alterações no Capital Próprio;
- d) Demonstrações do Fluxo de Caixa
- e) Anexo

No capítulo seguinte faremos uma breve abordagem do conteúdo do novo SNC.

4. O NOVO NORMATIVO CONTABILISTICO CABOVERDIANO

4.1. As principais componentes do SNCRF

De acordo com a legislação em vigor, o SNCRF é baseado mais em princípios do que em regras de acordo com as normas internacionais de contabilidade e de relato financeiro emitidas pela IASB.

AS NRF são adaptações das IAS e IFRS, existindo normas criada em especial para as pequenas entidades (NRF-PE). Sempre que haja uma norma que não esteja regulada pelo SNCRF pode-se utilizar as Normas Internacionais de Contabilidade e as Normas Internacionais de Relato Financeiro e as respectivas interpretações.

O novo SNCRF é composto por:

- a) Estrutura Conceptual;
- b) Normas do Relato Financeiro, incluindo os modelos das DF;
- c) Regime Especial para Pequenas Empresas;
- d) Normas Interpretativas;
- e) Código de Contas.
- f) Quadro Síntese de Contas.

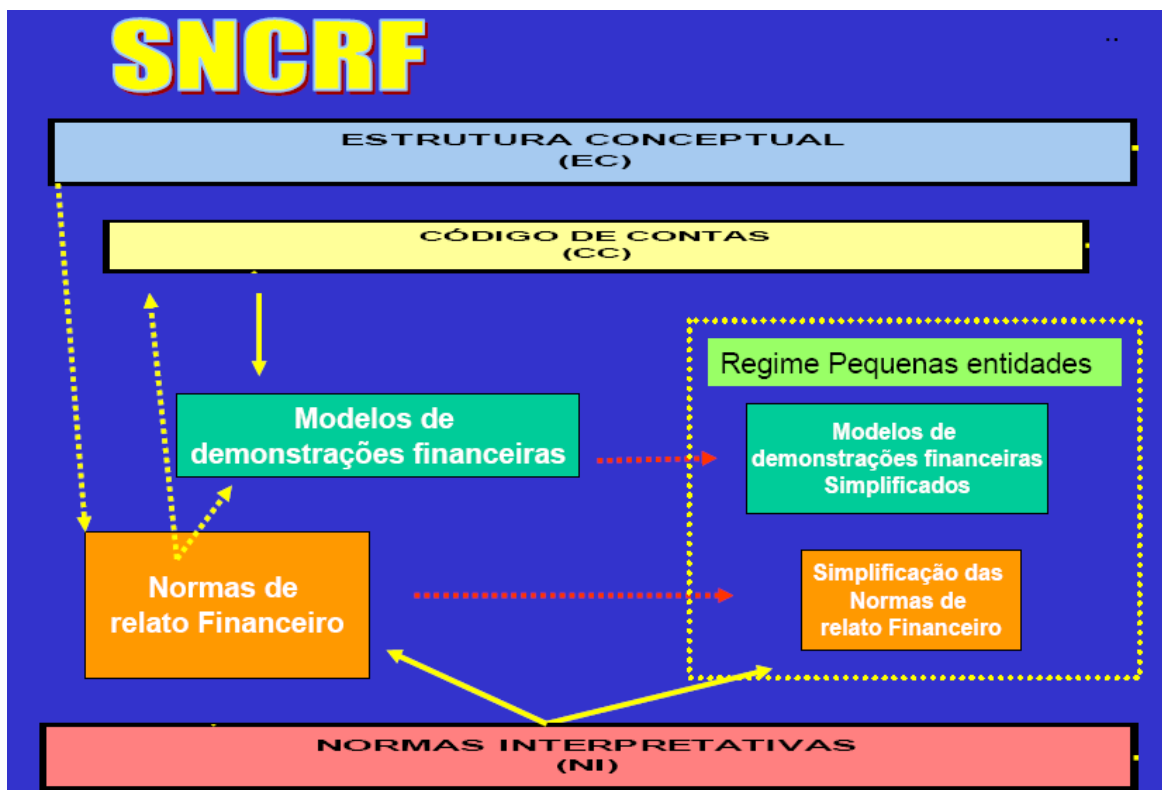


Figura 2: Esquema ilustrativo dos elementos do SNCRF

Fonte: Rui M. P. Almeida/ISCEE

4.2. Estrutura Conceptual

Esta EC foi elaborada tendo como suporte a EC do IASB, visto que as normas emitidas pelo IASB tem tido uma grande aderência a nível internacional, levando em consideração, porém, as particularidades do país e do seu tecido empresarial.

A EC respeita as demonstrações de finalidades gerais, incluindo as demonstrações financeiras consolidadas e estabelece conceitos que servem de base à preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Para isso foi definido que, de um conjunto completo das demonstrações financeiras fazem parte: o balanço; as demonstrações de resultado; o anexo as demonstrações financeiras bem como outras demonstrações, material explicativo e mapas suplementares que integram as demonstrações financeiras.

A Estrutura Conceptual trata de:

- (a) o objectivo das demonstrações financeiras;
- (b) as características qualitativas que determinam a utilidade da informação nas demonstrações financeiras;
- (c) a definição, o reconhecimento e a mensuração dos elementos a partir dos quais se constroem as demonstrações financeiras; e
- (d) conceitos de capital e de manutenção de capital.

4.2.1. Objectivo

O objectivo das demonstrações financeiras é o de informar sobre a posição financeira, o desempenho e alterações da posição financeira de uma entidade aos utentes de forma a auxiliá-los na tomada de decisões económicas (§9).

4.2.2. Pressupostos subjacentes

A EC adopta dois pressupostos subjacentes:

- regime do acréscimo;
- continuidade

Regime do acréscimo

De acordo com o regime contabilístico do acréscimo os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem e não quando caixa e seus equivalentes são recebidos ou pagos.

As demonstrações preparadas tendo em conta este pressuposto informam aos utentes sobre operações passadas que resultam em pagamentos e recebimentos de caixa, sobre obrigações de pagamento ou recebimento no futuro (§17).

Continuidade

A continuidade significa que a entidade não tem intenção ou necessidade de liquidar ou reduzir significativamente o nível das suas operações, ou seja opera em continuidade no futuro previsível (§ 18).

4.2.3. Características qualitativas das demonstrações financeiras

São assumidas quatro características qualitativas, atributos que proporcionem que as informações financeiras sejam úteis aos utentes, a saber: a compreensibilidade, a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade.

Compreensibilidade

Significa que as demonstrações financeiras devem ser facilmente compreensíveis pelos utentes partindo do pressuposto que estes possuem um conhecimento razoável das actividades empresariais, económicas e da contabilidade após ser estudada com diligência. Porém não se deve excluir matérias complexas com o fundamento de estas serem de difícil compreensão. (§20)

Relevância

Para uma informação ser útil ela deve ser relevante, isto é ter a capacidade de influenciar as decisões tomadas pelos utentes na avaliação de factos passados, futuros, a confirmar ou a corrigir (§21).

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade, sendo que nalguns casos a natureza por si mesma pode ser suficiente para determinar a sua relevância (§24)

O conceito de materialidade diz-nos que uma informação é material se a sua omissão ou inexactidão tem a capacidade de influenciar as decisões tomadas pelos utentes que tem como base as demonstrações financeiras (§25).

Fiabilidade

Uma informação fiável deve ser isenta de erros materiais e de preconceitos. Deve representar fidedignamente o que pretende representar (§26).

Uma informação fidedigna significa que deve atender: a sua substância económica e não a sua forma legal; a neutralidade; a prudência; e a plenitude (§28).

Representação fidedigna

A informação deve representar fidedignamente as transacções e outros acontecimentos, ainda que sujeita a alguns riscos que não seja derivado de preconceitos, mas de dificuldades resultantes na identificação de transacções e outros acontecimentos passíveis de serem divulgados ou ainda na concepção e aplicação de técnicas de mensuração e apresentação daqueles (§§29 e 30).

Substância sobre a forma

Quando a substância económica não coincide com a forma legal prevalece a substância económica (§31).

Neutralidade

Uma informação fiável deve ser livre de preconceitos. As demonstrações só são neutras se não influenciam a tomada de decisões ou juízos de valor com o objectivo de atingir um resultado ou efeito predeterminado (§32).

Prudência

A inclusão da prudência na preparação das demonstrações contabilísticas implica incluir um certo grau de precaução ao fazer estimativas em condições de incerteza, para que os activos ou rendimentos não sejam sobreavaliados e os passivos ou gastos subavaliados (§33).

Plenitude

Para que seja fiável, a informação contida nas demonstrações financeiras devem ser completas dentro dos limites de materialidade e de custo e não devem conter omissões, pois estas fazem com que a informação seja falsa ou enganadora (§34).

Comparabilidade

As demonstrações financeiras devem ser elaboradas de forma a permitir que os utentes sejam capazes de comparar demonstrações financeiras de uma mesma empresa ao longo do tempo e de empresas diferentes de forma a avaliar a sua posição financeira, o desempenho e alterações na sua posição financeira (§35).

Restrições a informação relevante e fiável

Assume-se que na preparação das demonstrações financeira existem constrangimentos que podem pôr em causa a sua fiabilidade e relevância :

- tempestividade;
- balanceamento entre benefícios e custos;
- balanceamento entre características qualitativas.

Tempestividade

Uma informação tempestiva não deve ser relatada com atraso, pois pode perder a sua relevância. Muitas vezes para proporcionar uma informação tempestiva ela deve ser relatada sem conhecer todos os aspectos de uma transacção ou acontecimento, diminuindo a sua fiabilidade. Para conseguir a ponderação entre a relevância e fiabilidade, domina a que melhor satisfazer as necessidades de tomada de decisões dos utentes (§40).

Balanceamento entre benefícios e custo

Os benefícios derivados da utilização da informação deve exceder os custos de a proporcionar. Porém os custos não são suportados necessariamente sobre quem usufrui dos

benefícios, estes podem ser usufruídos por utentes pelos quais a informação não foi preparada (§41).

Balanceamento entre características qualitativas

Levando em consideração o que foi dito anteriormente sobre o objectivo das demonstrações financeiras, há que haver um comprometimento no tocante às características qualitativas para conseguir o balanceamento apropriado destas. A importância das características qualitativas varia conforme o caso e o juízo de valor dos profissionais (§42).

4.2.4. Elementos das demonstrações contabilísticas

São agrupamentos das operações de acordo com a sua natureza e que possibilitam a estruturação das demonstrações contabilísticas.

Elementos relacionados com a posição financeira

A posição financeira de uma entidade é-nos dada pelos elementos do activo, passivo e do capital próprio.

Para tal, é preciso identificar as características essenciais que elas devem possuir antes de serem reconhecidos no balanço. E isso é-nos possibilitado pela definição e pela prevalência da substância económica sobre a forma legal (§§46 e 47).

Activo

É um recurso controlado pela entidade resultante de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros, isto é o potencial de contribuir de forma directa ou indirecta para o fluxo de caixa e equivalentes de caixa (§§48 e 49).

Passivo

É uma obrigação presente (um dever ou responsabilidade) como resultado de acontecimentos passados do qual há expectativa de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos (§§56 e 57).

Capital próprio

É o interesse residual nos activos depois de deduzidos todos os passivos.

Elementos relacionados com o desempenho

O resultado é frequentemente usado como a medida do desempenho ou como base para outras medições, tais como o retorno do investimento ou os ganhos por acção no caso de lucro. Os elementos directamente relacionados com a quantificação do lucro são os rendimentos e gastos. O reconhecimento e quantificação dos rendimentos e gastos, e daqui do lucro, depende em parte dos conceitos de capital e de manutenção do capital usados pela empresa na preparação das suas demonstrações financeiras.

Rendimentos

Entende-se por rendimentos aumentos dos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de influxos ou aumentos de activos ou diminuições de passivos que resultem em aumentos no capital próprio, que não estejam relacionados com as contribuições dos participantes no capital próprio (§70).

Neste conceito está englobado os conceitos de rédito e ganhos. Os réditos são provenientes das transacções e acontecimentos decorrentes das actividades ordinárias da entidade, enquanto que os gastos podem ou não serem decorrentes das actividades ordinárias de uma entidade.

Gastos

São diminuições nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de exfluxos ou deprecimentos de activos ou na ocorrência de passivos que resultem em

diminuições do capital próprio, que não sejam as relacionadas com distribuições aos participantes no capital próprio (§75).

A definição de gastos engloba tanto os gastos decorrentes das actividades ordinárias como as perdas.

Ajustamentos de manutenção de capital

São ajustamentos (aumentos ou diminuições) no capital próprio, resultantes da revalorização ou reexpressão de activos e passivos. Apesar dos ajustamentos satisfazerem as definições de rendimentos e gastos, não são incluídos nas demonstrações de resultado.

4.2.5. Reconhecimento dos elementos das demonstrações financeiras

Reconhecer significa incorporar no balanço e demonstrações financeiras (descrever por palavras e por quantias) um item que satisfaça a definição de elemento e satisfaça os seguintes critérios de reconhecimento:

- a) Seja provável que benefícios económicos futuros fluam para a entidade, e
- b) Possa ser mensurado com fiabilidade.

Probabilidade de benefícios económicos futuros

O conceito de probabilidade está ligado ao grau de incerteza dos benéficos económicos futuros associados ao item em harmonia com o ambiente de incerteza em que operam as entidades. A avaliação do grau de incerteza é feita tendo como base as provas disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras (§83).

Fiabilidade da mensuração

O seu reconhecimento implica que o item possua um gasto ou valor que possa ser mensurado com fiabilidade. Em muitos casos, há que fazer estimativas razoáveis o que não

destrói a sua fiabilidade. Porém, quando não é possível fazer uma estimativa razoável o item não deve ser reconhecido (§84).

Um item que num momento não satisfaça os critérios de reconhecimento, pode ser reconhecido numa data posterior resultante de circunstâncias ou acontecimentos posteriores. Caso um item possua as características essenciais de um elemento, mas falhe nos critérios de reconhecimento, pode exigir divulgação no anexo desde que seja considerado relevante pelos utentes das demonstrações financeiras.

Reconhecimento de activos

Um activo deve ser reconhecido se:

- a) for provável que benefícios económicos futuros fluam para a entidade
- b) possa ser mensurado com fiabilidade.

Reconhecimento de passivos

É reconhecido quando:

- a) for provável um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos resulte da liquidação de uma obrigação presente;
- b) possa ser mensurado com fiabilidade.

Reconhecimento dos rendimentos

O reconhecimento deve ser feito quando tenha surgido um aumento de benefícios económicos futuros com o aumento de um activo ou diminuição de passivo que possa ser mensurado com fiabilidade.

4.2.6. Mensuração dos elementos das demonstrações financeiras

Consiste em determinar as quantias das DF devem ser reconhecidas e relatados no balanço e demonstração de resultados (§ 97).

As bases de mensuração utilizadas são: custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente e justo valor.

Conceitos de manutenção do capital

Distingue-se dois conceitos de capital: capital físico e capital financeiro.

Manutenção do capital financeiro

O lucro é reconhecido se a quantia (em dinheiro) dos activos líquidos no fim do ano exceder o valor no início do período (§ 102 a).

Manutenção do capital físico

O lucro é reconhecido se a capacidade produtiva da entidade no fim do período exceder o do início (§ 102 b).

4.3. Documentos integrantes das DF em Cabo Verde e relato financeiro

Nesse ponto desenvolveremos as principais alterações referente a nova terminologia e estrutura das DF .

São considerados como fazendo parte de um conjunto completo das demonstrações financeiras , de acordo com a NRF 1:

- a) um balanço;
- b) uma demonstração dos resultados;
- c) uma demonstração das alterações do capital próprio
- d) uma demonstração dos fluxos de caixa; e
- e) um anexo.

De notar que as demonstrações de alterações do capital próprio e dos fluxos de caixa não eram contempladas pelo normativo anterior e são apresentadas modelos das

demonstrações mais desenvolvidas para as empresas de forma geral e para as pequenas empresas existem modelos mais sintéticos, sendo que todas as demonstrações contém uma coluna referente às notas do anexo.

As DF são elaboradas numa referência comparativa de dois exercícios contabilísticos.

Balanço - O balanço adquire uma estrutura vertical e as terminologias utilizadas são alteradas.

As rubricas do activo passam a ser organizadas do menos líquido ao mais líquido.

A terminologia utilizada passa a ser a seguinte:

- a) os activos antes designados de curto, médio e longo prazo passam a ser designados de correntes e não correntes;
- b) passa a ser utilizado o método directo, justificando assim a eliminação da coluna das amortizações e as quantias dos valores do activo passam a ser apresentadas pelo valor líquido;

Demonstrações de resultado - Passa a ser utilizado dois tipos de demonstrações: por natureza e por funções.

- a) rendimentos e gastos passam a designar respectivamente as antigas terminologias de proveitos e custos, continuando a existir os ganhos e as perdas;
- b) desaparece o conceito de extraordinário.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Trata-se de um documento que o normativo anterior não contemplava e as pequenas empresas não são obrigadas a sua elaboração.

Deve-se divulgar, de acordo com NRF 3, *“juntamente com um comentário, a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes detidos pela entidade, que não estejam disponíveis para uso pelo grupo”*.

Demonstrações das alterações do capital próprio - Este documento não era contemplado no normativo anterior cujo objectivo é o de fornecer aos utentes um melhor entendimento dos movimentos ocorridos no capital próprio.

Anexo - Assume uma grande importância, sendo que deve divulgar as bases e as políticas para a preparação das DF, divulgações exigidas pelas NRF que não sejam as apresentadas na face das DF, proporcionar informações adicionais (NRF 1 § 65).

4.3. O pacote de normas adoptado por Cabo Verde

Como já tínhamos referido antes, foi adoptado 25 NRF tendo como base as normas do IASB. As normas números 1, 2, 3, 4, 5, 8, 15 e 18 são normas relacionadas com o relato financeiro e dos documentos de prestação de contas. Nelas podemos encontrar o tratamento contabilístico de activos não correntes classificados como detidos para venda e operações descontinuadas, divulgação de partes relacionadas, rédito e acontecimentos posteriores à data do balanço.

Na análise das NRF números 6, 7, 9, 10, 11, 13, 14, 17 e 19 obtemos o tratamento contabilístico de activos e passivos não financeiros a saber: activos fixos tangíveis, activos intangíveis, custo de empréstimos obtidos, inventários, contratos de construção, imparidade de activos, provisões, passivos contingentes e activos contingentes.

Quanto aos factos e transacções complementares são reguladas pelas normas números 12, 21, e 22 e nelas são tratadas matérias como impostos diferidos, agricultura e benefícios dos empregados.

As NRF números 16, 20, 23, 24, 25 tratam de matérias contabilísticos dos activos (instrumentos) financeiros e concentração de negócios, mais especificamente: dos instrumentos financeiros, produtos derivados, titularização e factoring, métodos aplicáveis

das concentrações de negócios, as demonstrações financeiras consolidadas e a contabilização dos investimentos em empreendimentos conjuntos.

4.4. Aplicação pela primeira vez do SNCRF

A adoção das NRF pela primeira vez é regulada pela NRF 3 (baseada na IFRS1) e também no anexo II do Decreto-lei de 4 de Fevereiro.

As entidades ao adoptarem as NRF devem elaborar balanço de abertura com referência à data de transição em conformidade com o normativo em vigor, para o qual não é exigida publicação.

O balanço de abertura deve cumprir com as disposições reguladas nas NRF sobre reconhecimento e mensuração, com excepções das isenções e proibições, mas as primeiras demonstrações financeiras cumprirão em pleno, inclusive nas divulgações.

As políticas contabilísticas que uma entidade usará no balanço de abertura de acordo com as NRF serão em muitos casos diferentes das que usou na mesma data de acordo com o PNC. As NRF tem diferenças de reconhecimento, mensuração e apresentação/divulgação face ao PNC, que podem provocar ajustamentos significativos para conversão entre os normativos. Os ajustamentos por reconhecimento e mensuração respeitam ao tratamento contabilístico de operações, acontecimentos e circunstâncias anteriores a data de transição para as NRF, pelo que os seus efeitos devem ser reconhecidos nos resultados transitados ou em outra rubrica do capital próprio, se apropriado.

Os ajustamentos por reclassificação apenas respeitam a apresentação nas rubricas das demonstrações financeiras.

Quanto ao reconhecimento, mensuração e apresentação no balanço de abertura devem ser identificados e tratados *itens* não reconhecidos segundo o PNC que o devam ser de acordo com as NRF e vice-versa, *itens* cuja mensuração segundo as NRF seja diferente da seguida anteriormente e *itens* com apresentação diferente nas demonstrações financeiras, segundo os normativos.

Na aplicação das NRF para a preparação do balanço de abertura, devem ter-se em conta as isenções quanto a alguns dos requisitos enumerados na NRF3 e as proibições de uso retrospectivo de algumas das disposições enumeradas.

Na aplicação das NRF, além de se considerar as excepções previstas nas NCRF 3, devem fazer-se escolhas nos casos em que elas consagram tratamentos alternativos. Também deve-se divulgar até que ponto a transição para o novo normativo afectou a posição financeira e o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados.

5. ESTUDO DE CASO

5.1- Caracterização da empresa

O estudo do caso incidirá sobre uma empresa que dedica-se ao comércio geral como importador, grossista e retalhista. Foi fundada em 1892 e tem a sua sede situada em São Vicente, com várias filiais na mesma ilha e também em Santiago.

Visão

Liderar o mercado nacional e expandir as suas instalações, apostando sempre na qualidade dos produtos oferecidos e serviços prestados.

Missão

- Crescimento sustentado da sua quota de mercado.
- Responsabilidade social da comunidade em que se encontra inserida .
- Fidelização dos clientes.
- Criação de valor para o cliente.

Objectivos da Empresa

- Satisfação plena dos clientes, manutenção dos clientes a todos os níveis de produtos.
- Aumento contínuo da quota de mercado.
- Oferecer produtos de qualidade.

5.2- Organização da empresa

A empresa possui um departamento administrativo ao qual está subordinado a secção administrativa que têm por função dirigir todas as actividades ligadas a gestão de recursos humanos. Encontra-se também subordinado à secção administrativa, a secção de controlo de existências.

No que se refere ao tratamento contabilístico da informação financeira a empresa recorre à serviços externos. As informações financeiras fornecidas e utilizadas pela empresa restringem-se aos de carácter técnico e não são elaboradas quaisquer informações extra contabilísticas que poderão servir de auxílio à gestão.

5.3- O sistema de indicadores de gestão e sua forma de preparação

A medição de desempenho exerce um papel importante nas instituições, pois permite às empresas acompanhar o desenvolvimento das suas actividades e da implementação das decisões.

A principal metodologia utilizada para a análise económica e financeira é baseada em rácios que são indicadores que estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas do balanço, quer sob a forma de quociente ou percentagem. Assim, os rácios permitem sintetizar os dados na análise da informação, comparar os resultados obtidos com os previstos e também fazer uma comparação ao longo dos anos.

Neste contexto, faremos uma análise baseada principalmente em rácios e em outros indicadores financeiros.

Análise económica e financeira

Os rácios de liquidez medem a capacidade da empresa em fazer face aos débitos de curto prazo utilizando para isso o activo circulante. A liquidez geral e reduzida apresentam

valores aceitáveis, contudo a liquidez imediata apresenta um valor de 0,33 que é abaixo do aceitável (0,9). Porém, sendo que a rotação das existências é elevada e o prazo de recebimento é baixo, este facto não põe em causa a capacidade da empresa em cumprir os seus compromissos à curto prazo.

O rácio de liquidez geral é de 1,65 o que significa que 165% das responsabilidades de curto prazo poderão ser satisfeitas recorrendo ao activo circulante.

capitais alheios, tendo como referência o valor de 1/3 que é considerado o valor razoável.

Quanto as suas responsabilidades a médio e longo prazo a empresa consegue fazer face a 13% das suas dívidas usando fundos próprios.

As necessidades de fundo maneo apresentam valores positivos, tendo sido verificado uma redução no último ano, o que significa que a empresa tem tido necessidade de financiar o seu ciclo de exploração.

Da diferença entre os capitais permanentes e o activo fixo, verificamos que o fundo maneo apresenta valores positivos e crescentes. Este facto quer dizer que os capitais permanentes (aplicações cujo grau de exigibilidade é baixo), estão a financiar investimentos permanentes, cujo grau de liquidez é baixo, o que contribuiu positivamente para o equilíbrio financeiro da empresa. O excedente que sobra – o fundo de maneo - poderá ser utilizado no financiamento do ciclo de exploração.

A empresa apresentou uma tesouraria líquida positiva e crescente o que significa que tem conseguido gerar um fundo de maneo que para além de cobrir as necessidades de financiamento do ciclo de exploração, também cobriu as necessidades de tesouraria.

Os rácios de prazo médio de pagamento são bastante maiores do que os prazos médios de recebimento o que demonstra uma boa política de recebimentos e pagamentos, ou seja a empresa recebe antes de pagar. Nota-se ainda que os prazos médios recebimento tiveram um ligeiro aumento o que demonstra uma manutenção temporária da capacidade de realização de créditos / clientes. Quanto ao prazo médio de pagamento houve um aumento considerável, o que significa uma contribuição positiva na tesouraria (aumento dos recursos cíclicos).

O rácio da duração das existências indica-nos que podem ser asseguradas 73 dias de vendas com as existências em armazém. O aumento da duração média, no último ano, de existências indica-nos uma maior imobilização de capital em stock, o que resulta num efeito negativo na tesouraria passiva.

A rentabilidade do capital próprio indica-nos que para 100 mil escudos investidos há um retorno de 11mil escudos. Verifica-se neste rácio uma redução, ou seja, há um menor retorno do capital investido.

O negócio demonstra uma menor capacidade de gerar resultados. Este facto é devido à diminuição do efeito dos custos fixos (redução do peso dos custos fixos na estrutura de custos) e da rendibilidade bruta das vendas.

A alavanca financeira aumentou ligeiramente, aumentando o impacto financeiro na rendibilidade dos capitais próprios provocado principalmente pelo aumento dos encargos financeiros.

O valor do GAO significa que uma variação de 1% nas vendas provoca um impacto de 13,14% nos resultados operacionais. Este valor sofreu um aumento o que nos indica um maior risco económico, isto é, uma maior parcela da margem bruta absorvida pelos custos fixos. Verifica-se uma maior cobertura dos custos da operação e uma maior possibilidade de resistência à incerteza.

Nota-se um menor risco financeiro e uma menor capacidade de fazer face aos compromissos financeiros totais.

Há também uma maior capacidade para a criação valor e um aumento na geração de meios libertos para situações de incerteza.

Quadro 1. Indicadores financeiros

Item	Designação	Exercícios			Variação	
		2005	2006	2007	05_06	06_07
11	Fundo de Maneio	39.485.251	49.998.129	50.515.237	27%	1%
12	Necessidades de Fundo de Maneio	23.697.353	30.263.381	24.757.021	28%	-18%
13	Tesouraria	15.787.898	19.734.748	25.758.216	25%	31%
14	Activo económico	27.361.378	33.502.835	28.188.168	22%	-16%
15	Prazo Médio de Recebimento, dias	41	54	70	30%	30%
16	Prazo Médio de Pagamento vs compras, dias	60	63	118	5%	87%
17	Duração Média Existências, dias	70	63	73	-11%	17%
18	Rácio de liquidez geral	2,77	2,40	1,65	-13%	-31%
19	Rácio de liquidez reduzida	1,63	1,49	1,09	-9%	-27%
110	Rácio de liquidez imediata	0,71	0,55	0,33	-22%	-40%

Fonte: Dados primários

Quadro 2. Indicadores de rentabilidade

Item	Designação	Exercícios			Variação	
		2005	2006	2007	05_06	06_07
21	Rendibilidade dos Capitais Próprios (RCP)	4,831%	29,836%	11,104%	518%	-63%
211	Rendibilidade económica (do negócio)	6,524%	7,692%	3,638%	18%	-53%
2111	Rendibilidade bruta das vendas	0,066	0,073	0,061	11%	-16%
2112	Efeito dos custos fixos	0,190	0,172	0,076	-9%	-56%
2113	Rotação do investimento líquido	5,237	6,127	7,834	17%	28%
212	Alavanca financeira	1,465	4,490	4,530	206%	1%
2121	Efeito dos encargos financeiros	0,552	1,968	2,473	257%	26%
2122	Estrutura de financiamento do IL	2,656	2,282	1,832	-14%	-20%
213	Efeito dos resultados eventuais	1,000	1,000	1,000	0%	0%
214	Efeito da tributação (fiscal)	0,505	0,864	0,674	71%	-22%
215	Rotação do stock de mercadorias, vezes	5,2	5,8	5,0	12%	-14%
216	Duração média de cada rotação, dias	70,0	63,0	73,0	-10%	16%

Fonte: Dados primários

Quadro 3. Indicadores de risco

Item	Designação	Exercícios			Variação	
		2005	2006	2007	05_06	06_07
31	Económico					
311	Grau de alavanca operacional	5,266	5,807	13,143	10%	126%
312	Ponto crítico (em volume de negócio)	116.083.286	169.937.005	1.489.804.618	46%	777%
313	Margem de segurança	23,44%	20,80%	-85,18%	-11%	-509%
32	Financeiro					
321	Grau de alavanca financeira	1,813	0,508	0,404	-72%	-20%
322	Autonomia financeira	0,157	0,165	0,117	5%	-29%
323	Solvabilidade	0,187	0,198	0,133	6%	-33%
4	INDICADORES MONETÁRIOS					
41	Excedente bruto de exploração	2.852.534	8.556.690	3.075.447	200%	-64%
42	Cash-flow operacional (Meios libertos)	-14.985.897	1.990.662	8.581.807	-113%	331%

Fonte: Dados primários

Consideração

Fazendo uma avaliação geral da situação da empresa pode-se concluir que ela tem uma estrutura equilibrada. Contudo a empresa utiliza as informações fornecidas pela contabilidade, quase que exclusivamente para efeitos fiscais e também não possui estratégias definidas nem tão-pouco metas. Isso leva a que não consiga identificar se está a percorrer o caminho correcto (avaliar o seu desempenho) no sentido de alcançar a sua visão e nem tem bases que sirvam de apoio à tomada de decisões quanto a correção dos possíveis desvios que possam surgir.

5.4. Processo de transição da informação financeira para o novo normativo: plano de contas, conversão do balancete final, balanço de abertura

Devido a impossibilidades da empresa fornecer as DF de 2008, utilizaremos as DF de 2007 para fazer a transição para o novo normativo contabilístico.

Quadro 4. Quadro síntese de contas

<p>1 MEIOS FINANCEIROS</p> <p>11 Caixa</p> <p>12 Depósitos á ordem</p> <p>13 Depósitos a prazo</p> <p>14 Outros depósitos bancários</p> <p>15 Instrumentos financeiros</p>	<p>2 CONTAS A RECEBER E A PAGAR</p> <p>21 Clientes</p> <p>22 Fornecedores</p> <p>23 Financiamentos obtidos</p> <p>24 Estado e outros entes públicos</p> <p>25 Accionistas/sócios</p> <p>26 Outras contas a receber e a pagar</p> <p>27 Pessoal</p> <p>28 Diferimentos</p> <p>29 Provisões</p>
<p>3 INVENTÁRIOS *</p> <p>31 Activos biológicos</p> <p>32 Mercadorias</p> <p>33 Produtos acabados e intermédios</p> <p>34 Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos</p> <p>35 Produtos e trabalhos em curso</p> <p>36 Matérias-primas, subsidiárias e de consumo</p> <p>37 Outros produtos de consumo</p> <p>...</p>	<p>4 INVESTIMENTOS</p> <p>41 Investimentos financeiros</p> <p>42 Propriedades de investimento</p> <p>43 Activos fixos tangíveis</p> <p>44 Activos intangíveis</p> <p>45 Investimentos em curso</p> <p>46 Activos não correntes detidos para venda</p>
<p>5 CAPITAL PRÓPRIO</p> <p>51 Capital</p> <p>52 Acções (quotas) próprias</p> <p>53 Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio</p> <p>54 Prémios de emissão</p>	<p>6 GASTOS</p> <p>61 Gasto das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</p> <p>62 Fornecimentos e serviços externos</p>
<p>55 Ajustamentos em activos financeiros</p> <p>56 Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis</p> <p>57 Outras variações no capital próprio</p> <p>58 Reservas</p> <p>59 Resultados</p>	<p>63 Perdas por imparidade</p> <p>64 Gastos com o pessoal</p> <p>65 Outros gastos e perdas</p> <p>66 Gastos de depreciação e de amortização</p> <p>67 Provisões do período</p> <p>68 Gastos e perdas de financiamento</p> <p>69 Perdas por reduções de justo valor</p>
<p>7 RENDIMENTOS</p> <p>71 Vendas</p> <p>72 Prestações de serviços</p> <p>73 Variações nos inventários da produção</p> <p>74 Trabalhos para a própria entidade</p> <p>75 Subsídios à exploração</p> <p>76 Reversões</p> <p>77 Ganhos por aumentos de justo valor</p> <p>78 Outros rendimentos e ganhos</p> <p>79 Rendimentos e ganhos de financiamento</p>	

Fonte: Decreto-Lei nº 48/2008

CONCLUSÃO

As empresas hoje operam num ambiente de mudanças constantes o que provocou alterações na forma de gerirem e organizarem os negócios para melhor adaptarem-se a nova realidade. A contabilidade como parte importante das organizações também teve de adaptar-se aos novos ambientes. Nesse âmbito, a normalização contabilística surge como forma de responder ao grau de exigência acrescido dos utentes das demonstrações financeiras no tocante a qualidade destas.

Assim, a importância da normalização contabilística relaciona-se com as decisões tomadas pelos utentes tendo como suporte as demonstrações financeiras. Para que as suas decisões sejam tomadas correctamente elas precisam de compreender as demonstrações financeiras e ter confiança nas informações que lhes são transmitidas. Dessa forma a normalização contabilística proporciona informações elaboradas com bases contabilísticas aceites internacionalmente passíveis de comparação dos resultados (avaliar o desempenho) obtidos por empresas de um mesmo sector em países diferentes e/ou mesmo de empresas de sectores diferentes, porque resultam tanto de bases de reconhecimento e mensuração semelhantes.

Tendo posto tudo isso, a normalização contabilística mostra-se muito importante porque os utilizadores das demonstrações financeiras localizados em todo o mundo tomam as suas decisões com bases na análise que nelas são feitas e dá-lhes a garantia de não haver erros ou distorções na análise destas resultantes de diferentes normas contabilísticas utilizadas.

Pode concluir-se que são escassos os estudos feitos sobre o impacto da harmonização contabilística e que os países ao implementarem um sistema de normalização contabilística, normalmente, não elaboram estudos que possam servir de base à esse processo. Observa-se também a predominância do modelo anglo-saxónico suportado pela comunidade financeira internacional nos sistemas de harmonização contabilística.

Cabo Verde, reconhecendo a importância da normalização contabilística empreendeu recentemente na adoção deste processo. Com isso o caso prático apresentado baseou-se na transposição das demonstrações financeiras para o novo normativo em vigor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTÃO, Avelino [et al]- O novo modelo de normalização contabilística nacional.TOC [Em linha]. Revista Portuguesa da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas. n° 85 (Abril 2007) p. 23, [Consult. 27 Janeiro 2009]. Disponível em www.ctoc.pt. ISSN 1645-9237
- CABO VERDE. Ministério das Finanças - Decreto-Lei de 5 Fevereiro 08 do BO 48 de 29/12. Ministério das Finanças. 2008, 208 p.
- COSTA, Suzana F.- A *Ley 16/2007*, de 4 de Julho e a reforma do Direito Contabilístico espanhol. TOC [Em linha]. Revista Portuguesa da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas. n° 91(Outubro de 2007) p. 29, [Consult. 15 Abril 2009]. Disponível em www.ctoc.pt. ISSN 1645-9237
- GUIMARÃES, J. F. Cunha- As demonstrações financeiras: do POC ao SNC. TOC [Em linha]. Revista Portuguesa da Câmara dos Técnicos Oficiais de conta. n° 95 (Fev. 2008), p. 34,[Consult. 27 Janeiro 2009]. Disponível em www.ctoc.pt. ISSN 1645-9237
- IASB- Normas Internacionais Do Relato Financeiro 2003.Lisboa :Ordem dos Revisores oficiais de contas, 2003. ISBN:972-99043-0-8
- IASB - Norma Internacional Do Relato Financeiro: adopção pela primeira vez das Normas Internacional Do Relato Financeiro. Lisboa: Ordem dos Revisores oficiais de contas, 2003. 42 p. ISBN: 972-99043-1-6
- LOPES DE SÁ, António - História Geral e das Doutrinas da Contabilidade. 2ª ed. Viseu: Vislis, 1998.220p. ISBN 972-52-0031-4
- PADOVEZE, Clóvis Luis- Análise Das Demonstrações Financeira. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. 267 p. ISBN: 85-221-0410-7
- RADEBAUGH, Lec H.; GRAY, Sidney J. - International Accounting and Multinational Enterprises. 5ª ed. Nova York: John Wiley & Sons, 2002. 459 p. ISBN 471-31940-X
- RORIGUES, Lúcia L.; PEREIRA, Ana Alexandra C.- Manual de Contabilidade Internacional: a diversidade contabilística e o processo de harmonização internacional. Lisboa: Publisher Team, 2004. 253 p. ISBN:989-601-004-8

- SANTOS, Luis Lima - Contabilidade Internacional :comparação das normas contabilísticas para as empresas financeiras nos países lusófonos. Porto: Vida Económica, 2006.493p. ISBN: 989-788-190-4
- SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luis; FERNANDES, Luciane A. - Contabilidade Internacional Avançada. São Paulo: Editora Atlas, 2004. 490 p. ISBN: 88-224-3884-6
- SILVA, Eduardo Sá -Normas Internacionais De Contabilidade: da teoria à prática. Porto: Vida Económica , 2004. 656 p. ISBN: 972-788-125-4

ANEXOS

ANEXO 1

Balancete final convertido

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
11	CAIXA	20.381.807,00	11.504.155,00	8.877.652,00	0,00
111	Caixa Principal	20.381.807,00	11.504.155,00	8.877.652,00	0,00
12	DEPÓSITOS À ORDEM	257.187.969,00	240.307.405,00	16.880.564,00	0,00
121	DEPÓSITOS À ORDEM	257.187.969,00	240.307.405,00	16.880.564,00	0,00
21	CLIENTES	264.083.266,00	221.947.216,00	42.850.052,00	0,00
211	CLIENTES CONTA CORRENTE	264.083.266,00	221.233.214,00	42.850.052,00	0,00
2111	Clientes c/corrente em moeda nacional	236.175.451,00	200.991.549,00	35.183.902,00	0,00
219	Perdas por imparidade acumuladas	0,00	1.714.002,00	0,00	1.714.002,00
22	FORNECEDORES	100.895.167,00	163.255.836,00	5.018.396,00	62.360.669,00
221	FORNECEDORES CONTA CORRENTE	95.876.771,00	163.255.836,00	0,00	67.379.065,00
2211	Fornecedores c/c em moeda nacional	422.500,00	551.875,00	0,00	129.375,00
2212	Fornecedores c/c em moeda estrangeira	95.454.271,00	162.703.961,00	0,00	67.249.690,00
225	Forneced. c/ fact. Em recepção e conferencia	5.018.396,00	0,00	5.018.396,00	0,00
23	FINANCIAMENTOS OBTIDOS	20.000,00	38.557.252,00	0,00	38.537.252,00
233	PARTICIPANTES DE CAPITAL	0,00	38.557.252,00	0,00	38.557.252,00
238	Outros financiadores	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	126.773.668,00	122.502.067,00	4.176.745,00	45.636,00
241	Imposto S/ Rendimento	1.811.610,00	1.811.610,00	0,00	0,00
243	Retenção Imposto S/ Rendimento	110.250,00	122.976,00	0,00	12.726,00
244	Imposto Sobre o Valor Acrescentado	124.622.156,00	120.445.411,00	4.176.745,00	0,00
248	Contribuições para a segurança social	89.160,00	113.070,00	0,00	23.910,00
249	Outras Entidades do Sector Público	0,00	9.000,00	0,00	9.000,00
25	ACCIONISTAS/ SÓCIOS	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00
256	Financiamentos concedidos - empresa-mãe	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00

Anexo 1. Balancete final convertido (continuação)

26	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	4.948.849,00	5.061.384,00	0,00	184.099,00
268	Outros devedores e credores	4.948.849,00	5.061.384,00	0,00	184.099,00
27	PESSOAL	867.555,00	867.555,00	0,00	0,00
271	Remunerações a Pagar	867.555,00	867.555,00	0,00	0,00
28	DIFERIMENTOS	119.113,00	0,00	119.113,00	0,00
281	Gastos a reconhecer	119.113,00	0,00	119.113,00	0,00
29	PROVISÕES	1.690.378,00	6.875.677,00	0,00	5.185.299,00
291	Impostos	1.690.378,00	2.517.350,00	0,00	826.972,00
298	Outras provisões	0,00	4.358.327,00	0,00	4.358.327,00
32	MERCADORIAS	234.617.121,00	234.617.121,00	0,00	0,00
321	Compra	234.617.121,00	234.617.121,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	267.971.728,00	220.090.896,00	47.880.832,00	0,00
331	Produtos acabados	267.971.728,00	220.090.896,00	47.880.832,00	0,00
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	8.282.007,00	0,00	8.282.007,00	0,00
434	Equipamento transporte	2.581.390,00	0,00	2.581.390,00	0,00
435	Equipamentos Administrativos	5.700.617,00	0,00	5.700.617,00	0,00
44	ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS	390.669,00	8.090.809,00	390.669,00	8.090.809,00
446	Outros activos intangíveis	390.669,00	0,00	390.669,00	0,00
469	Perdas por imparidade acumuladas	0,00	8.090.809,00	0,00	8.090.809,00
51	CAPITAL	0,00	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00
511	Capital realizado	0,00	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00
59	RESULTADOS	0,00	16.507.306,00	0,00	10.388.662,00
591	Resultados transitados	0,00	8.680.331,00	0,00	8.680.331,00
593	Resultados liquidados do período	6.118.174,00	7.826.975,00	0,00	1.708.801,00
61	GASTOS	217.706.967,00	217.706.967,00	0,00	0,00
611	Gastos com mercad. vendid. e mat. consumidas	217.706.967,00	217.706.967,00	0,00	0,00

Anexo 1. Balancete final convertido (continuação)

62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	5.086.162,00	5.086.162,00	0,00	0,00
63	GASTOS COM O PESSOAL	1.272.720,00	1.272.720,00	0,00	0,00
632	Remunerações do pessoal	960.000,00	960.000,00	0,00	0,00
636	Seg.Acid.Trab.Doeças Profissionais	4.320,00	4.320,00	0,00	0,00
637	Gastos de acção social	150.400,00	150.400,00	0,00	0,00
638	Outros gastos com o pessoal	158.000,00	158.000,00	0,00	0,00
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	835.115,00	835.115,00	0,00	0,00
642	Activos fixos tangíveis	704.905,00	704.905,00	0,00	0,00
643	Activos fixos intangíveis	130.210,00	130.210,00	0,00	0,00
68	OUTROS GASTOS	5.795.390,00	5.795.390,00	0,00	0,00
681	Impostos	1.509.342,00	1.509.342,00	0,00	0,00
688	Outros	2.128.360,00	2.128.360,00	0,00	0,00
67	PROVISÕES DO PERÍODO	1.214.918,00	1.214.918,00	0,00	0,00
672	Garantia de clientes	459.617,00	459.617,00	0,00	0,00
678	Outras provisões	755.301,00	755.301,00	0,00	0,00
71	VENDAS	220.696.412,00	220.696.412,00	0,00	0,00
711	Venda de mercadorias	220.696.412,00	220.696.412,00	0,00	0,00
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	220.870,00	220.870,00	0,00	0,00
721	Prestação serviço	220.870,00	220.870,00	0,00	0,00
74	Subsídios à exploração	11.631.634,00	11.631.634,00	0,00	0,00
742	Subsídios de outras entidades	11.631.634,00	11.631.634,00	0,00	0,00
78	OUTROS RENDIMENTOS	3.601.557,00	3.601.557,00	0,00	0,00
788	Outros	3.601.557,00	3.601.557,00	0,00	0,00
	SOMA	1.992.754.738,00	1.992.754.738,00	132.078.355,00	132.078.355,00

ANEXO 2

Balanço de abertura

ACTIVO	Valores
Activo não corrente	
Activos fixos tangíveis	
Equipamento de transporte	1.960.010
Equipamento administrativo	1.210.678
	3.170.688
Activos intangíveis	
Outros activos intangíveis	260.459
Accionistas/ sócios	0
Total do activo não corrente	3.431.147
Activo corrente	
Inventários	
Mercadorias	43.522.505
Clientes	42.082.673
Adiantamentos a fornecedores	11.952.730
Estado e outros entes públicos	4.221.111
Accionistas/ sócios	20.000
Outras contas a receber	122.331
Diferimentos	119.113
Caixa e depósitos bancários	25.758.216
	84.276.174
Total do activo corrente	127.798.679
Total do activo	131.229.826

Anexo 2. Balanço de abertura (continuação)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
Capital próprio	
Capital realizado	5.000.000
Reservas legais	0
Outras reservas	0
Excedentes de revalorização	0
Ajustamentos em activos financeiros	0
Outras variações no capital próprio	0
Resultados transitados	10.389.132
Total do capital próprio	15.389.132
PASSIVO	
Passivo não corrente	
Provisões	826.972
Financiamentos obtidos	38.557.252
Outras contas a pagar	0
Total do passivo não corrente	39.384.224
Passivo corrente	
Fornecedores	74.313.399
Adiantamentos de clientes	946.623
Estado e outros entes públicos	292.925
Accionistas/sócios	0
Financiamentos obtidos	0
Outras contas a pagar	903.523
Diferimentos	0
Total do passivo corrente	76.456.470
Total do passivo	115.840.694
Total do capital próprio e do passivo	131.229.826